

RTG037234726

RELATÓRIO TÉCNICO

Processo de Licenciamento MT-322

OBRA: Pavimentação Asfáltica MT-322

Processo FUNAI N° 08620.005726/2020-03

Processo IBAMA N° 02001.000412/2023-60

Março/2026

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR.....	3
2.	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	3
3.	INTRUDUÇÃO	3
1.	GT DE OBRAS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU (CANARANA/MT).....	5
2.	TERRA INDÍGENA CAPOTO-JARINA (INSTITUTO RAONI)	6
3.	ALDEIA KOPENOTY – POVO TERENA.....	7
4.	TERRA INDÍGENA MARÃIWATSÉDÉ – POVO XAVANTE	8
5.	TERRA INDÍGENA PARQUE DO ARAGUAIA – POVO INY KARAJÁ	9
6.	TERRA INDÍGENA PARQUE DO ARAGUAIA – POVOS JAVAÉ E AWA CANOEIRO	10
7.	ANEXOS.....	11

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT

CNPJ: 57.356.434/0001-46.

Endereço: Avenida Doutor Hélio Ribeiro S/N Edifício Enandy M.B. Arruda CEP:78048-250, Bairro Paiguás, Cuiabá – MT. Telefone: (65) 3613-6600.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Rodovia: MT-322 - Trecho: BR-163 (Matupá/São José do Xingu) e a BR-158

Processo FUNAI: nº 08620.005726/2020-03.

3. INTRODUÇÃO

Em decorrência das tratativas equipe técnica responsável pelos estudos e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) se reuniram de modo a pleitear o avanço para obtenção do Termo de Referência em questão considerando que foram realizadas as reuniões com todos os Territórios Indígenas contemplados no estudo de referência.

Portanto, como indicador de conclusão da etapa a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), solicitou a apresentação da Memória das respectivas reuniões com cada TI impactados pelo empreendimento de implantação e pavimentação da Rodovia MT-322, no trecho compreendido entre o entroncamento da BR-163 (Matupá/São José do Xingu) e o entroncamento da BR-158.

Sendo assim, conforme orientações da FUNAI em relação as reuniões realizadas para apresentação do empreendimento e discussão preliminar do processo de licenciamento ambiental, foi solicitada a elaboração de memória técnica contendo o histórico das reuniões realizadas, as principais discussões ocorridas com as comunidades indígenas e as recomendações apresentadas por cada Terra Indígena, com vistas a subsidiar a consolidação do Termo de Referência do Estudo do Componente Indígena – ECI.

Assim, esse documento tem por finalidade registrar, detalhar o histórico das reuniões realizadas com as diferentes comunidades envolvidas, bem como elencar as manifestações, preocupações e recomendações apresentadas por suas lideranças e representantes, constituindo subsídio técnico para a definição do escopo dos estudos a serem previstos no durante a atuação do ECI/PBAI.



Dessa maneira, a memória das reuniões busca promover a transparência do processo, garantir a atenção das especificidades territoriais e socioculturais das comunidades indígenas e consolidar diretrizes técnicas que orientam os estudos do componente indígena no processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Em atendimento à solicitação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), consubstanciada no Ofício nº 1096/2024/DPDS/FUNAI, e no contexto da regularização do Componente Indígena do referido empreendimento, foram realizadas reuniões com os povos indígenas potencialmente impactados. O mencionado ofício estabeleceu a necessidade de reuniões iniciais destinadas à apresentação do projeto e à coleta de subsídios para a consolidação do Termo de Referência (TR), considerando a sinergia e a cumulatividade de impactos, bem como a complexidade territorial envolvida.

Para cumprimento dessa determinação, a SINFRA expediu Ordens de Serviço à empresa contratada, incumbindo-a da organização e realização das reuniões nas Terras Indígenas envolvidas, incluindo a apresentação do projeto e da minuta do TR do ECI, assegurando o apoio logístico e o devido registro formal dos encontros. Assim, as reuniões configuraram etapa inicial e obrigatória do processo de licenciamento ambiental, com vistas a garantir a escuta qualificada, a participação das comunidades indígenas e a adequada instrução técnica do procedimento administrativo.

O presente documento tem por finalidade consolidar os encaminhamentos e as solicitações de inclusão das demandas apresentadas por cada etnia ouvida, contribuindo para a conhecimento das informações do processo de licenciamento ambiental.

1. GT de Obras do Território Indígena do Xingu (Canarana/MT)

Em 27 de maio de 2025, foi realizada reunião com a participação do GT de Obras do Território Indígena do Xingu (TIX), representantes da SINFRA/MT, da CGLIC/FUNAI, da empresa RTA e lideranças indígenas do território, com a finalidade de apresentar o projeto de pavimentação da Rodovia MT-322 e consolidar as contribuições ao Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI), no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Encaminhamentos:

- Retirada da previsão de construção de ponte sobre o Rio Xingu do atual projeto, com manifestação formal da SINFRA aos órgãos competentes;
- Garantia de que não haverá novas obras de pavimentação até a emissão da Licença de Instalação, exceto as já mobilizadas;
- Alteração do Termo de Referência (TRE) para incluir formalmente o Território Indígena do Xingu (Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvotu), conforme definição constante no Plano de Gestão e no Protocolo de Consulta do TIX;
- Análise da eventual inclusão no TR de áreas em processo de identificação e reconhecimento (como Roro-Walu e revisões de limites);
- Incorporação, no TRE, dos impactos indicados pelo GT de Obras do TIX (Anexo a ATA “Impactos que devem ser estudados no ECI da MT-322”);
- Solicitação de reunião específica para tratar de outros projetos rodoviários na região (MT-130, MT-109, MT-110);
- Oficiar a SINFRA solicitando informações sobre a regularização do Componente Indígena da MT-130, com cópia à ATIX;
- Convocar reunião com PROSUL e RTA para tratar do compartilhamento de metodologia e dados produzidos no ECI da BR-242;
- Participação de indígenas na equipe para os estudos do ECI e PBA-I;
- O Plano de Trabalho do ECI deverá ser primeiramente apresentado ao GT de Obras do TIX para contribuições e adequações;
- Após essa etapa, o Plano de Trabalho seguirá para apresentação e aprovação na reunião de Governança Geral do TIX.
- Disponibilização do Plano de Ação de mitigação de passivos ambientais encaminhado ao IBAMA em resposta ao relatório de vistoria da MT-322.

2. Terra Indígena Capoto-Jarina (Instituto Raoni)

Nos dias 28 e 29 de maio de 2025, foi realizada reunião com a participação de lideranças das aldeias da Terra Indígena Capoto-Jarina, representantes da FUNAI, SINFRA/MT, RTA, Instituto Raoni e demais instituições envolvidas, com a finalidade de apresentar a minuta do Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI) e prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental da Rodovia MT-322.

Encaminhamentos:

- Reforço da obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada, conforme a Convenção nº 169 da OIT;
- Manifestação formal ao IBAMA, SEMA, FUNAI e ATIX informando que o atual projeto de pavimentação da MT-322 não contempla mais a construção de ponte sobre o Rio Xingu;
- Inclusão, no estudo, de cemitérios antigos, áreas de caça, pesca, roça, plantas medicinais, áreas degradadas e locais sagrados;
- Registro de que o histórico do povo Juruna/Yudjá e demais povos da região deve constar no estudo.
- Exigência de que nenhum avanço do projeto ocorra sem a realização de estudos prévios adequados e sem a participação da FUNAI e do IBAMA;
- Apresentação e validação do Plano de Trabalho junto às comunidades antes do início dos estudos;
- Exigência de matriz de impactos e análise de viabilidade do empreendimento.

3. Aldeia Kopenoty – Povo Terena

Em 06 de agosto de 2025, foi realizada reunião com a participação de representantes da FUNAI (sede e coordenação regional), da SINFRA/MT, da empresa RTA, bem como de lideranças e membros da comunidade Terena, com o objetivo de apresentar o Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI) e prestar esclarecimentos sobre o projeto de pavimentação da Rodovia MT-322 nas proximidades da aldeia.

Encaminhamentos:

- Realização de vistoria técnica nas casas e rotatória com participação da comunidade;
- Entrega de relatório técnico em até 15 dias após a vistoria e apresentação de resposta oficial da SINFRA em até 30 dias;
- Incorporação das propostas elaboradas pela comunidade para o PBA serão analisadas após a conclusão dos estudos técnicos;
- Garantia de continuidade do diálogo nas próximas etapas.

4. Terra Indígena Marãiwatsédé – Povo Xavante

Em 20 de agosto de 2025, foi realizada reunião com a participação de lideranças do povo Xavante, representantes da FUNAI, da SINFRA/MT e da empresa RTA, com a finalidade de apresentar a minuta do Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI) e prestar esclarecimentos acerca do processo de licenciamento ambiental da Rodovia MT-322.

Encaminhamentos:

- Indicação do Sr. Aureo (Brasília) como representante para acompanhar os estudos do Componente Indígena da MT-322;
- Solicitação de realização de reunião ampliada, com participação de fazendeiros e demais atores regionais, para esclarecimento público sobre o processo de licenciamento e responsabilidades;
- Manifestação de que a comunidade não concorda com qualquer execução de asfaltamento antes da realização dos estudos e da definição das compensações;
- Registro de que os impactos deverão considerar aspectos socioambientais, segurança viária e atropelamento de fauna;
- Solicitação de que os estudos contemplem demandas relacionadas a: Ampliação de áreas de cultivo (roças); Perfuração de poços artesianos; Melhorias no atendimento à saúde; Condições de mobilidade interna; Segurança nas proximidades da rodovia.

5. Terra Indígena Parque do Araguaia – Povo Iny Karajá

Em 10 de dezembro de 2025, foi realizada reunião com a participação de lideranças do povo Karajá, representantes da FUNAI, da SINFRA/MT, da empresa RTA e de associações locais, com a finalidade de apresentar a minuta do Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI) e prestar esclarecimentos acerca do projeto de pavimentação da Rodovia MT-322.

Encaminhamentos:

- Disponibilização da minuta do TR e dos materiais apresentados às lideranças;
- Disponibilização da minuta do TR às lideranças, possibilitando o envio de contribuições à FUNAI por e-mail, WhatsApp ou ofício;
- Solicitação de criação de Grupo de Trabalho (GT) para acompanhamento do processo;
- Registro de preocupações quanto a impactos sociais, como aumento de violência e alcoolismo;
- Questionamento sobre eventual processo de asfaltamento da BR que atravessa a TI Parque do Araguaia, com compromisso da FUNAI de verificar a situação e retornar com informações;
- Garantia de participação nas etapas subsequentes do ECI e PBAI.

6. Terra Indígena Parque do Araguaia – Povos Javaé e Awa Canoeiro

Em 24 de fevereiro de 2026, foi realizada reunião com a participação de lideranças dos povos Javaé e Awa Canoeiro, representantes da FUNAI (sede e coordenação regional), da SINFR/MT e da empresa RTA, com a finalidade de proceder à leitura e ao esclarecimento da minuta do Termo de Referência (TR) do Estudo do Componente Indígena (ECI), no âmbito do processo de licenciamento ambiental da Rodovia MT-322.

Encaminhamentos:

- Solicitação de presença de tradutor(a) nas próximas reuniões e durante a execução dos estudos, para assegurar plena compreensão das informações;
- Envio dos slides e da minuta do TR às lideranças;
- Solicitação de registro, no processo, da manifestação referente à contiguidade territorial e sociocultural da TI Inawebohona;
- Inclusão de análise de impactos cumulativos e passivos ambientais existentes;
- Consideração de aspectos territoriais, culturais e organizacionais específicos;
- Realização de nova reunião presencial com a FUNAI para aprofundamento das discussões.

Ao final, registra-se que a equipe técnica permanece à disposição da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) para prestar quaisquer esclarecimentos ou complementações que se façam necessários, caso possam contribuir para a adequada consolidação e emissão do Termo de Referência (TR), sempre em respeito às competências institucionais estabelecidas.

Seguem anexas as atas das reuniões realizadas, para conhecimento e instrução do processo.

Atenciosamente,

Ana Paula Rodrigues dos Santos Cunha
RTA ENGENHEIROS CONSULTORES LTDA



7. Anexos

- I – Ata da Reunião com o GT de Obras do Território Indígena do Xingu (27/05/2025);**
- II – Ata da Reunião na Terra Indígena Capoto-Jarina (28 e 29/05/2025);**
- III – Ata da Reunião na Aldeia Kopenoty – Povo Terena (06/08/2025);**
- IV – Ata da Reunião na Terra Indígena Marãiwatsédé – Povo Xavante (20/08/2025);**
- V – Ata da Reunião na Terra Indígena Parque do Araguaia – Povo Iny Karajá (10/12/2025);**
- VI – Ata da Reunião com os Povos Javaé e Awa Canoeiro – TI Parque do Araguaia (24/02/2026).**



Encaminhamentos da reunião sobre projeto de pavimentação da MT-322 e contribuições ao TRE do ECI

**GT de Obras do TIX, com participação da SINFRA/MT e da CGLIC/FUNAI
27 de maio de 2025:**

1. Sobre a construção de **ponte no Rio Xingu**, a SINFRA/MT se compromete com a realização de uma manifestação formal ao IBAMA, SEMA, FUNAI e ATIX declarando que o atual projeto de pavimentação da MT-322, objeto de licenciamento ambiental, não apresenta mais construção de ponte sobre o rio Xingu;
2. A SINFRA/MT garante que **não haverá novas obras de pavimentação na MT 322** em todo o seu comprimento, desde a BR-163 até a BR-158 até a emissão de Licença de Instalação pelo Ibama, com exceção das obras que já estão mobilizadas;
3. A FUNAI irá alterar o TRE de forma a incluir o Território Indígena do Xingu (TIX), conforme a sua definição no Plano de Gestão e no Protocolo de Consulta do TIX, incluindo, portanto, as terras indígenas **Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvotu** no escopo do ECI;
4. **Áreas em processo de identificação** e reconhecimento pelo Estado brasileiro, como Roro-Walu, revisão de limites do Wawi, revisão de limites do Batovi, entre outras reivindicações já formalizadas junto à Funai, deverão ser analisadas para eventual inclusão nominal no TER;
5. A FUNAI irá incorporar no TRE estudos sobre os impactos indicados pelo GT de Obras do TIX (ANEXO "**Impactos que Devem ser Estudados no ECI da MT 322**");
6. SINFRA/MT por meio da sua contratada se compromete a montar a equipe técnica responsável pelo ECI em diálogo com os xinguanos, tanto profissionais não-indígenas quanto indígenas;
7. Fica pactuado que o Plano de Trabalho do ECI será primeiramente apresentado para o GT de Obras do TIX, que fará suas contribuições e adequações. Só depois dessa etapa, após as adequações, o Plano de Trabalho do ECI seguirá para apresentação numa reunião de Governança Geral do TIX, para aprovação;
8. O GT de Obras do TIX, solicita a SINFRA/MT a fazer uma nova reunião sobre os demais projetos de pavimentação ao redor do TIX, como a MT-130, MT-109, MT-110 e outros;

9. FUNAI se compromete a oficial a SINFRA/MT pedindo novas informações sobre a regularização do componente indígena da MT-130 com cópias para ATIX;

10. A FUNAI se compromete a convocar a reunião com a PROSUL e a RTA para verificar as formas de compartilhamento da metodologia e dos dados produzidos no ECI da BR-242;

11. O GT de Obras do TIX solicita o Plano de Ação de mitigação de passivos ambientais que foi encaminhado ao Ibama em resposta ao relatório de vistoria da MT-322.

Canarana/MT, 27 de maio de 2025

Acordo firmado entre GT de Obras do TIX, SINFRA, RTA e a FUNAI:

Konstantin Toffarel
Managu - Tixão

Pik K-Sueta

Manama Kuitkura
Claudelly Minion dos Reis Costa

Barbara Camacho

Monaliza Selu

Ana Paula R. Jantos Curbe

Chir Henrique S. de Almeida

Bruno E. do Fidal Dos Reis

Paul

Yokunipi Tuxo

Keresy to

WARANAKU AWETI

Karin Juma

Gapaniwa Kaiobi

Wipaiobi

Muti Suya

Waduwati

Wkayin

Amaie Kaiobi Suia

Sauarete-Kaiobi

Marit Tixão

Impactos que devem ser estudados no ECI da MT-322

Contribuições do GT de Obras do TIX para o TRE da Funai

O asfaltamento e a construção da ponte sobre o Rio Xingu vão **aumentar o fluxo de caminhões na estrada e também vão desenvolver o agronegócio na região, aumentando as fazendas e as cidades no entorno do TIX.**

Por isso, devem ser estudados os seguintes impactos:

AUMENTO DO DESMATAMENTO NO ENTORNO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PERDA DE BIODIVERSIDADE E DESEQUILÍBRIO NAS POPULAÇÕES ANIMAIS E VEGETAIS

- Aumento dos ataques de animais nos roçados indígenas
- Perda de roçados causado por mudanças no tempo das chuvas
- Assoreamento dos rios e perda de navegabilidade
- Diminuição de peixes
- Aumento de barramentos de rios nas fazendas, aumento de sistemas de irrigação nas fazendas secando ainda mais os rios do TIX
- Secamento de nascentes e igarapés

AUMENTO DO USO DE AGROTÓXICOS NO ENTORNO

- Contaminação da água, do solo, do ar, dos animais e das pessoas por agrotóxicos
- Mortandade de abelhas, prejuízo nos apiários
- Ressecamento da floresta
- Pragas novas e mais fortes nos roçados indígenas

AUMENTO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

- Perda de locais sagrados
- Incêndios nas aldeias
- Perda de materiais para construção de moradia, artesanato, plantas medicinais e frutas

AUMENTO DAS CIDADES

- Lixo
- Preconceito anti-indígena, exploração do trabalho, aliciamento de jovens
- Pesca comercial e esportiva no entorno do território
- Invasão de pescadores e madeireiros
- Alcoolismo, prostituição, drogas, pobreza, criminalidade, violência sexual, adoecimento mental
- Aumento de problemas de saúde

AUMENTO DO TRÁFEGO DE VEÍCULOS PESADOS

- Aumento de acidentes, atropelamentos e mortes na rodovia
- Abertura de novas estradas construídas por fazendeiros e prefeituras, bem como novos projetos de pavimentação

ATA DA REUNIÃO TERMO DE REFERENTE MT 322

no dia 28 de maio de 2025 Roiti Metuktire iniciou a Explica as pauta sobre o Pavimentação MT 322 para as liderança da terra indígena capoto jarina , Nessa reunião teve a presenças de todos representante de cada aldeias, como Metuktire, Kapot, Kaweretxiko, Kromare xingu, Kretire, Wani-Wani, Paksamba, Totnhore, Kromare Jarina, Butire e aldeia central Piaraçu, Funai, sifra , instituto Raoni , secretaria assunto indígena de município de são José do xingu, mariel da ISA se apresentou e bruno antropólogo da funai também apresentou, em seguida Roiti metuktire continuam sua apresentação, e ele fez leitura também faz a tradução, para as liderças presentes os ancião a entender melhor, e também explicou de cada etapa de licenciamento ambiental, para que não diante responder o processo logo, só no caso se a empresa consulta nós as comunidades e mostra o projetos se todos esta dia cordo com estudo sem estudo a comunidades não aceita a pavimentção de MT 322, a etapa de licenciamento e quem se responsabiliza e sifra e a funai e juntamente com a comunidades do territorio com sem ata dessa reunião nenhum termo de referente os processo desse projetos devem se discutidos novamente a referente das infraestrutura de obras ,para não ter nenhum problema de impactos para as comunidades .

KOKONÃ METUKTIRE início com canto e falo boa tarde para todos vocês eu levantei para fala pra todos vcs que estão nesse momentos, aqui nós estamos e uma terra de luta que nosso tio nosso pai nosso primos nosso irmão conseguiram para nós por isso que hoje nós não podemos deixar as coisas por não indígenas fazerem o'que quiser o'que é nosso eles te qui consulta nós sem consulta nós não vamos abrir a mão , como os não indígenas estão querendo fazer asfaltamento dentro do nosso território nós todos temos que ficar forte , esse projetos devem se bem explicados para todos nós entender bem era só isso finalizo minha fala .

MANGOI METUKTIRE boa tarde todos bom eu vou falar que esse projeto não é brincadeira por isso que nós estamos aqui para discutir e ouvir , eu sei todos nós temos que discutir esse projetos e analisa o'que foi colocados dentro desse documentos , nessa estrada tem vários usuários que passa por essa estrada eu fiquei forte quando a kokona começou a cantar fiquei forte nós não podemos abaixar a cabeças para não indígenas , vou falar aqui a minha opinião eu não aceito ponte no rio xingu eu sei que no projeto tá escrito ponte mas eu não aceito a ponte no cabeceiro do rio xingu , para mim eu quero que a balsa continue funcionando no rio xingu . essa pavimentação da MT 322 não somentes para uma pessoas isso é para todos nós , porque dentro do nosso territorios temos cemiterios isso deve se colocados no estudos também, além disso temos as floresta e rio e nós comunidades indígenas quer mora. não podemos deixar essa pavimentação sem estudos sem a presença da funai e ibama .

BEPRANTHIRE KAIAPÓ vou falar a minha opinião no passado naquele ano eu não aceitava o asfaltamento da estrada MT 322 , mas depois disso eu pensei diferente porque quando estou na cidades estão perto de hospital, mas quantos eu penso as base que são aldeias eu penso se acontecer algumas coisas em emergência como vai fica para socorrer

um pacientes que vai esta passando numa situação difíceis, mas coloco isso para todos vocês eu penso assim para a saúde indígenas na minha opinião, eu não estou falando contras vocês só to falando a minha opinião , por isso eu aceitos a obra de pavimentação de asfaltamentos MT 322 .

MEGARON TXUCARRAMÃE vamos discutir esse assunto vamos ver quando os projetos vão ser apresentados nas tela mas para isso todos nós temos que ser consultados temos nosso protocolo de consultas .

PATXON METUKTIRE eu sei esse asfaltamento e um processo longo mas nós vamos discutir isso como todos lideranças que esta aqui vamos discutir para garantir o nosso direito para que esse processo de pavimentação seja bem explicados para todos nós

BRUNO estou aqui para ajuda vocês e primeira vezes estou aqui para ajuda oque e licenciamentos , porque o dono da obra ter que fazê licenciamento te que pedir licenciamento ambiental , para o IBAMA , o empreendedor faz sua solicitação de autorização para o org federal , mas não e funai que autoriza a funai só acompanha o estudos quem autoriza e IBAMA , para fazê documento e termos de referente ao estudos que devem se feito com a comunidades a funai se responsabiliza esse estudos de impactos dentro das comunidades , qual principal de referente são sabedorias que isso devem se colocado no processo , mas para isso ter que fazer pesquisa para saber impactos mas quem devem fazer e próprio as comunidades juntos a empresa o estudos de impactos ambiental,o estudos que vai mostra o impactos que e viabilidades

vou falar uma experiência ATIX fez um grupos que algumas pessoas são colocados como ponto focal para estara na frente para acompanhar esse processo de pavimentação , mas coloco também que não indígenas precisa respeitá vocês na culturas de vocês , mas a decisão não pode se pressionados a vocês todas coisas deve ser colocados dia cordo com a decisão de vocês e bem estudados e elaborados se tive algumas coisas que não está por dentro desse documentos você pode falar para nós faze a mudanças desse documento é importante falar isso para todos vocês . quando sifra fez o documentos para ibama e no documentos disse que vai fazê asfaltamentos mas dentro disso tava escrito a ponte na cabeceira do rio xingu , mas bárbara falou que os indígenas não aceita ponte na cabeceira do rio xingu ,o papel da funai e fala sobre o direitos dos povos indígenas que só indígenas pode fazer reprodução físicas e cultural isso está na lei no termos de referentes e fundamentação , metodologias o que vai fazer primeiro e estudo todas coisa que está dentro do territórios essa decisão devem se colocado cientificamente coloca dentro desse estudos a empresa não pode colocar sem esse estudo como rio, floresta, animais que vão ser impactado.

PLANO DE TRABALHO; A função tem o dever de fazer um documento e entregar para SINFRATEM autonomia de entrar para a empresa RTA, que vai fazer um plano de trabalho juntos aos povos indígenas, e quando o plano de trabalho tiver pronto vai passar por uma análise junto ao funai e os povos indígenas, após esse análise desse documento é que vão fazer uma reunião para entrar em um acordo se vão definir, até o plano de trabalho estiver pronto as comunidades vão fazer análise ou se JNM vão fazer um ajuste caso de tiver faltando alguma coisa para ajustar esse plano de trabalho.

ROTEIRO TÓPICO METODOLÓGICO;

dados gerais precisa aparece no estudos em algumas áreas que não está demarcado e homologados ainda isso e importantes se colocados , a gente precisa entender que o estudos mostram a relação políticas públicas como a saúde se está boa também se não tem nenhum conflitos dentro do território com os vizinhos , também precisamos colocar no estudos sobre planta medicina tradicional e córregos se a comunidades ainda usam essa áreas também áreas degradada , esse devem aparece no estudos .

O'Que precisa ser colocado no estudos também áreas de caças onde vocês fazem roças e estrada onde vocês andam tudo isso deve estar dentro do estudos . o desenvolvimentos passível que já aconteceu em alguns anos sem consultas , caracterização precisa ser bem discutido do impactos . a funai colocou também o'que vocês vão colocar o'que vai se impactados como lugares antigo como aldeias antigo e cemitérios antigos isso precisa aparece no estudos todas essas informações devem esta dentro do estudos para seguranças . claro que o asfaltamento está trazendos vários impactos que todas essa informações precisa esta dentro do estudos, estudos vai mostra todas informações.

29-05-2025

de manhã os equipes da sinfra e representantes da funai também está de presentes, e representantes da prefeitura de são josé do xingu, o senhor patxon início a sua esclarecimento sobre a licenciamento ambiental, e equipes sinfra RHTA se apresentarem, o senhor bruno inicio sua apresentação. ontem começou entender o documento de termos de referência, que chama minuta, para voces entender melhor, ontem vcs viram os documento foi bem feito pela funai, bem esclarecimento, esse documento que a funai fez para empreendedor olharem e segui certo, por que vocês são dono daquela terra, tem que a decisão de vocês. agente chegou no esse ponto o estudo tem que mostra tudo, qual seria se melhor para vocês, para não ter problema diante. nesse caminho precisamos informação boa, a gente precisam saber as políticas públicas as decisões vocês tem que ter feito pelo voces, cada orgao tem seus trabalhos , mais tem regra pra isso, eles se atender vocês bem, precisando saber tudo, quem polui tem que pagar ele e responsabilidade por que é responsável, por isso nos pedem o estudo entender melhor, Matriz de impactado e medidas, esse matriz voces tem colocar pela sua ideias de voces, se impactado bem esclarecimento, de qual voces vão se organizar, se voces esquecer alguma coisa antes de fazer asfalto, voces tem que fala pnesam em futuro seus filhos, tem que ter programa para impactado, tem duas programa, tem programa para evitar as ruim encima caminho certo, se agente nao consegui fazer programa, pensamos em outra forma, evitar isso, o estudo tem que mostra tudo, essa parte é muito importantes, chama análise viabilidades, viável dar pra fazer esse objetivo de fazer esse vale apenas, nao tinha antes liciensamento, agora tem licenciamento voces povos indígenas têm direitos , se possível para fazer obra, no final a funai cahama atenção de todo mundo, tem que ter estudo, quando estudo chega em funai, isso ajuda muito o que a funai pediu, no final do estudo tem que ter assinatura, primeiro todos os documento a cglic analise por ele, para entra na aera antes tem que avisa a funai, esse estudo tem ter respeitado pela empreendedor e a obras, nao pode ter pressao pela empresas, eles tem que ser respeitado, A empresa tem que respeitar a lei e Para entrar o território indigena os profissionais devem se apresentar antes de entrar nas comunidades.. nós comunidades temos que faze o nosso documentos para entrega na mão do nosso representante que e a funai eu acho que e muito bom bruno como voce e da funai esta explicando para nós a comunidades que a gente esta entendendo mas oque a comunidades precisa mas a presenças de voces que e a funai , bom quando uma empresa que faze a obra dentro do nosso territorios nós a comunidades precisa se consulta nós porque sem

consulta nós não vamos abrir a mão porque os não indígenas precisam respeitar os nossos direitos. Takatum Metuktire aqui em nossa casa, nosso ambiente de vida, porque temos a fauna e flora que nós indígenas utilizamos para fazer o nosso artesanato entre outros etc, claro que nós indígenas seja consultados pelo não indígena, não adianta a empresa poder fazer um projeto sem consulta, nós indígenas precisamos ser consultados, que o dono da obra faça o estudo sobre pavimentação da MT 322, não podemos deixar uma empresa entrar no nosso território sem consulta, todas as comunidades, nós indígenas no território Capoto Jarina não podemos dar a liberdade para uma empresa, isso nós não aceitamos, precisamos ser consultados e mostrar o projeto e estudos sem isso nós não aceitamos uma obra. Caïque Yaya Yudja, conta um pouco sobre a história do povo Juruna e que sempre morou nas margens do rio Xingu, antigamente na abertura dessa estrada, os caíques que concordaram para abrir essa estrada, mais o nosso povo Juruna éramos contra, mais fomos convencido para aceitar essa estrada, por que nós já sabíamos que essa estrada vai trazer um problema dentro da comunidade, então precisamos contar para que nossa história para entrar no documento, nós já morávamos na terra indígena Kapotnhinore e é de suma importância que os povos indígenas sejam consultados antes de alguma empresa entrar para nossa terra. TAKAKPE METUKTIRE; e esse ano nós já temos o nosso protocolo de consulta que já está valendo, como vai ficar isso se vai ser colocado no estudo também. BRUNO respondeu claro que o protocolo de consulta do território de vocês deve ser colocado no estudo também e um documento que precisa ser olhado pelas pessoas, não indígenas antes de fazer qualquer obra dentro do território de vocês. MANGOI METUKTIRE: boa tarde, sou vice-presidente da Associação Metuktire, eu tenho grande preocupação com a pavimentação da MT 322, claro que vai trazer muitos problemas, dos impactos para nós as comunidades e vai trazer doenças, também tenho preocupações com os plantios de lavoura, mas coloco também um lugar onde meu avô morava, que é Kapotnhinore, isso é que se colocados nesses documentos que não estão demarcados, ainda outras meu avô e outros lideranças não aceitavam as estradas que na aqueles anos foram chamadas BR-080, que hoje foi chamada MT 322. Meu nome é Barbara, sou superintendente da SIFRA, hoje o nosso objetivo é mostrar o projeto para vocês sobre asfaltamentos e ponte sobre cabeceira do rio Xingu, se as comunidades aceitassem, tira foto para registros, como estamos aqui para nossos reatários do trabalho, hoje Ana Paula vai mostrar o projeto, só vamos mostrar os asfaltamentos e ponte, nós não vamos mostrar porque não estão incluídos no projeto, que já foi tirado por isso, nós vamos falar só de pavimentação da MT 322, o trecho se inicia em Matupa, tem várias formas de cores, onde os asfaltamentos param, mas aquele que não tem cores não está pavimentado como a MT 322, esse trecho que não está pavimentado porque por causa de sem estudos, por isso que hoje é interesse de pavimentar esse trecho, que o governo do Estado de Mato Grosso e SIFRA estão, a extensão desse trecho é 756 km falta. Ana Paula mostrará cada trecho de lote das obras das estradas, quando chegar no território mostre todos os lotes de cada obra, que alguns já são concluídas e alguns que ainda não estão concluídas, BRUNO: a gente falou bem cedo que licenciamentos tem regras, com isso a FUNAI vai pedir o estudo para a empresa, por que o estudo é um documento que coloca direitos, compensação, para as comunidades o estudo vai mostrar todos esses impactos. Sem estudo da empresa o projeto da obra não se inicia. Aqui foi apresentados todas as obras da pavimentação da MT 322 e alguns trechos de pavimentação já estão concluídas e alguns não estão concluídas ainda. BRUNO: o que a FUNAI pediu é o estudo, quando se assumiu esse plano de projetos das obras, autorizo alguns trechos e não foi bem estudado, o IBAMA suspendeu algumas obras por causa de estudos não serem bem elaborados pelo SEMA.

NHAKTI METUKTIRE, fala sobre a sua preocupação quando asfalto tiver pronto vejo que vai trazer mais problema para dentro da comunidade, e também vai ter mais movimentação dos veículos e é um risco grande para nossas crianças, e fala que na beira da estrada tem cemitério onde minha vó e meus netos estão enterrados.

NGREIME TXUCARRAMÃE; em sua fala que esse projeto tem que ser bem analisado, e resalta o porquê que os fazendeiros não estão aqui participando da nossa reunião. Se essa estrada sair os fazendeiros vão ter mais escoamento do seu gado ou soja nessa estrada.

PATNHOPIO PANARA; estamos aqui pra falar sobre a estrada **MT 322**, mais fico pensando que como que vai ficar o futuro do nosso neto e bisneto, porque as crianças podem sofrer acidente quando a estrada tiver pronta, minha proposta que se essa estrada tiver se que seja uma parte e não aceite dentro do território.

IRETYK METUKTIRE; primeira vez que estou acompanhando essa reunião sobre asfalto, mais ao mesmo tempo fico preocupado com desmatamento e os animais.

KOKOKRORITI METYKTIRE; É bom ver vocês apresentarem o projeto, quando se fala da MT 322 é uma estratégia do governo, eu já vim ouvindo sobre essa estrada a muito tempo, mais hoje em dia nossos povos indígenas temos o nosso protocolo de consulta e PNGATI, então precisamos ter um diálogo quando se trata de algum projeto que pode impactar os povos indígenas que há muito tempo já habitam nesse território, por que temos a nossa preocupação com nosso território.

KUBENPARI METUKTIRE; Eu vou direto ao assunto, esse é o nosso território cresci nesse território meus avós me levava nesse trecho, então eu também sou a favor de cascalho dentro da área indígenas mais eu sou absolutamente contra construção da ponte.

RESPOSTA

BRUNO FUNAI; isso que a sinfra vai responder cada projeto tem suas coisas, tem que estudar, que vai medir de impacto, isso é não consulta, mais vocês já tem protocolo de consulta, no OIT, tem lei sobre licenciamento, o governo tem que consultar vocês, agora Instituto Raoni vai mandar ofício para Funai, eles vão encaminhar para sinfra, sobre asfaltamento dentro da área tem que ser bem feito por decisão de vocês, para não ter problema depois, e sobre a PBA, já tem outro de nome, no ano 2020 a sinfra manda ofício para Funai, a Funai diz para sinfra vocês tem que entrar na área ouvir a comunidade primeiro, vocês perguntaram sobre os chefes de vocês, vocês tem que convocar os ministros públicos, aí que eles vão reagir, mais tem existe técnico para fazer os estudos além disso os chefes vão falar ou decidir, mais agente vai passar isso para nosso chefe, para ele ver, nós estamos

aqui para esclareci, e outro cada um tem modo de viver diferente, tantos indigenas e nao indiginas, todos voces tem suas preocupacao, agente falo a sinfra apresentou o projeto, porisso importantes estudo, nesse estudo o cemiterio tem que aparecer, nao pode arrancar cemietrio se tem solucao sim de qual forma , o estudo vai dizer , por isso estudo vai fala, asfaltar um impacto, aproximacao de não indigena e impacto tambem, o estudo vai dizer o caminho certo, agente entendem em relação entre voces e fazendeiro, e um conflito, voces tem que cobrar eles por que voces conquistaram suas terras, nao existi alguem vem oferecendo as coisas, eles tem que ouvir voces primeiro, constituição diz tem licenciamento, nao pode se decidir sem licianciamento, a funai tem que ajudar voces com transparencia e acompanhar todos os estudos, sobre o consulta tere respeitado e ouvidos voces e ideias diferentes para futuro por isso a luta nao parar aqui.

ROITI METUKTIRE fazendo sua fala com os representantes da sifra em sguinda ele falo isso e um primeiros passo da consulta claro que vai vir outras consultas para que nós podemos continua se entendendo melhor e tambem voces ja mostraram os projetos para nós , mas esse projetos devem se apresentados em cada detalher , megaron ontem foi apresentados dois documentos a funai apresentou seu documentos mas a sifra não mostrou todos documentos de projetos mas eu acho que isso pode complica o andamentos dos planos , mas silval barbosa falhou na quele ano que ele iria faze asfalta nós lideranças deixamos para ele faze asfalto , mas eu vou fala aqui pode ate ruim para meu pessoal para mi eu quero que esse asfalta chega ate na beira do rio xingu bom esse e meu pensamentos bom eu acho bom para saude atender e para todos nós. BARBARA em relação dos projeto , e territorios indigenas o projeto não esta pronto ainda, sobre a manutenção vai sendo continuados com cascalhamentos , mayalu durante ano 2023 foi mostrados o plano de trabalhos porque no plano do projetos disse a ponte eu não sei se isso ja foi tirados , a minha pergunta e lote 6 que liga bigode e união do norte porque são pavimentação são mal feito pelo sema e sem estudos .

prefeito sandro bao tarde a todos quero fala em tres ponto a gente precisa se entender sobre cemiterios porque realmente a estradas ja existiu mas no outro lado tem pista de avião que e problemas tambem mas o estudos vai dize mas o prefeitura de são jose do xingu se for alterados algumas coisa estamos junto para ajuda as comunidades com aquestion de cemiterios mas nós vamos espera o estudos .

**ATA DE REUNIÃO Nº 01
REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
E DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO – MT322**

**PROC. 08620.005726/2020-03/FUNAI
IC 037/2023/00/00/SINFRA**

Pauta: Reunião de Apresentação do Termo De Referência (TR) e da Situação Atual do Projeto na Aldeia Kopenoty, do Povo Terena, localizada na margem da MT-322.

No dia 06 de agosto de 2025, às 08h27, foi realizada uma reunião na Aldeia Kopenoty, território do povo Terena, com o objetivo de discutir o Termo de Referência (TR) solicitado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), bem como apresentar e esclarecer a situação atual do projeto de pavimentação da Rodovia MT-322.

Participantes: Estiveram presentes representantes incluindo Bruno Emílio Fadel Daschieri (FUNAI – Sede Brasília), Matudjo Metuktire (FUNAI – Coordenador Regional), Bárbara Camacho Gonçalves e Claudielly Miriany (SINFRA-MT), Ana Paula Rodrigues da Cunha, Monaliza Sehn, Luis Henrique Barros Sardinha e Luis Alberto Pereira (RTA Engenharia), Natália (Engenheira Civil) e Henrique (Técnico Ambiental) da Via Nova Engenharia, além da presidente do Instituto Augusto Leverger (IAAL), Silvana Dias Campos. A reunião contou ainda com a participação de liderança (Weverson Jorge, Pedro Cruz, Messias Rondon, Zé Carlos e Sirenio) e membros da comunidade indígena do Povo Terena.

A abertura foi conduzida pelo cacique José Carlos, que solicitou o canto do hino nacional e fez uma oração. Na sequência, todos os participantes se apresentaram, incluindo as lideranças indígenas, que informaram os nomes e as aldeias. A senhora Silvana fez um breve relato histórico sobre o povo Terena e mencionou reuniões anteriores relacionadas ao projeto. Representantes da FUNAI, SINFRA e RTA agradeceram a oportunidade de participar do encontro. A pedido da senhora Silvana, o antropólogo Luis Alberto apresentou sua trajetória profissional e atuação junto com povos indígenas.

Ao início da reunião foram abordadas **antigas demandas** da comunidade, incluindo a visita técnica anterior da empresa Via Nova, que ocorreu sem a devida autorização da comunidade indígena. Bárbara, representante da SINFRA, reconheceu a falha e pediu desculpas. Ressaltou que, para a execução da rotatória e reforma das casas, é necessário um novo levantamento técnico. Ainda, esclareceu que, apesar dos danos já causados pela obra de pavimentação, é possível iniciar as tratativas para medidas compensatórias antecipadas, desde que se siga o trâmite necessário: levantamento técnico, elaboração de projetos, orçamentos, processo licitatório e execução das ações.

As lideranças indígenas, especialmente a liderança indígena senhores Sirenio, Zé Carlos e Messias, destacaram que não aceitam mais atrasos. Ressaltaram que a comunidade sofre com o medo provocado pelo tráfego intenso e veloz dos caminhões, e que a segurança da rodovia e das moradias é prioridade urgente. O cacique Messias reforçou que a aldeia Kopenoty é ponto de apoio para outras aldeias da região do Iriri, e que o povo Terena sempre teve vínculo direto com a rodovia MT-322. Ele também mencionou

exemplos negativos de outras regiões onde aldeias foram engolidas pelo avanço das cidades, como ocorreu no Mato Grosso do Sul.

A proposta apresentada pela senhora Silvana, em articulação com a comunidade e apresentada por Zé Carlos, definiu que a vistoria técnica deverá ocorrer no dia 13 de agosto de 2025, com a participação da equipe da Via Nova (engenheiros civis, técnico ambiental e topografia). O relatório técnico da vistoria deverá ser entregue em até 15 dias, após a vistoria, e, a partir disso, a SINFRA terá 30 dias para apresentar uma resposta oficial à comunidade da Aldeia Kopenoty.

Por fim a respeito da proposta, foi enfatizada pela senhora Silvana a importância do respeito ao Protocolo de Consulta Prévia e à Convenção nº 169 da OIT, garantindo que todas as etapas do processo considerem a lei, cultura, espiritualidade do povo Terena. A proposta apresentada foi aprovada pela comunidade e pela SINFRA, e os encaminhamentos foram registrados como compromisso dos órgãos presentes.

Com a palavra o Bruno Emílio, representante da FUNAI, iniciou explicando seu papel institucional e contextualizando historicamente os direitos dos povos indígenas no Brasil. Ressaltou a importância dos ritos que compõem o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam ou estão localizados no entorno de Terras Indígenas (TIs), destacando que tais processos seguem uma série de regras legais e administrativas que precisam ser rigorosamente cumpridas para garantir a efetividade e a legalidade das ações.

Bruno esclareceu que os levantamentos de impactos ambientais e sociais são etapas técnicas fundamentais que antecedem a elaboração dos Programas Básicos Ambientais (PBA), os quais detalham as medidas de mitigação e compensação. Ressaltou que os agentes públicos estão restritos aos limites legais de sua atuação, ou seja, só podem agir dentro do que a legislação permite. Também enfatizou que o tempo do Poder Público, muitas vezes, não acompanha a urgência das necessidades das comunidades afetadas, reconhecendo que a comunidade indígena deveria ter sido ouvida antes do início das intervenções. Como isso não ocorreu, o momento atual visa justamente suprir essa falha por meio do diálogo e da escuta qualificada.

Ainda em sua fala, reforçou a distinção entre o processo de licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de consulta prévia prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Explicou que a Convenção determina a consulta aos povos indígenas antes de qualquer ação que os afete diretamente, mas não define detalhadamente como essa consulta deve ser realizada, o que motivou diversos povos – como o povo Terena – a desenvolverem seus próprios Protocolos de Consulta, instrumentos legítimos que orientam a condução desses processos de forma culturalmente adequada. Destacou que a efetivação da OIT 169 ainda precisa ser amplamente fomentada e que está em curso um processo de amadurecimento institucional para que sua aplicação se torne cada vez mais concreta e respeitada.

Bruno também explicou os diferentes papéis institucionais no processo: o IBAMA é o órgão responsável por emitir a licença ambiental; a FUNAI, por sua vez, atua como órgão indigenista, prestando apoio técnico e emitindo pareceres que subsidiam a decisão do IBAMA; e a SINFRA, neste caso, representa o empreendedor, sendo responsável pela execução do empreendimento e pelo cumprimento das condicionantes.

Em relação ao **Termo de Referência (TR)**, esclareceu que se trata de um documento orientador que deve ser seguido pelo empreendedor (SINFRA) e pela empresa contratada (RTA) para realizar o Estudo do Componente Indígena (ECI). Esta reunião, portanto, compõe o momento de consulta sobre o TR, etapa essencial para garantir que o estudo e os programas resultantes estejam alinhados às demandas e especificidades da comunidade impactada.

Por fim, destacou dois princípios fundamentais do licenciamento ambiental: o primeiro é o da responsabilidade do **poluidor-pagador**, ou seja, quem causa o impacto deve arcar com os custos da mitigação e compensação; e o segundo, a clareza dos impactos ambientais e das medidas propostas, sendo imprescindível que as ações previstas sejam bem definidas, transparentes e efetivas e relacionadas aos impactos **impacto-medida**.

Em resposta a fala anteriormente realizada pela Silvana, no qual foi proposta a possibilidade de que a **aplicação dos valores** de compensação ocorresse por meio da aplicação direta dos recursos financeiros à associação do povo Terena, de modo que a própria comunidade pudesse executar as melhorias necessárias. A proposta foi considerada juridicamente viável pela senhora Silvana e recebeu apoio da comunidade indígena participantes.

Em resposta, o senhor Bruno destacou que as ações de mitigação devem ser realizadas por meio de programas estruturados, elaborados a partir de levantamentos técnicos que identifiquem os impactos ambientais efetivos. Foi esclarecida ainda a distinção entre **compensações e mitigações**, destacando-se que a simples transferência de recursos financeiros (dinheiro) à comunidade não é considerada juridicamente adequada como medida de mitigação. Essa prática pode ser interpretada como uma forma de o empreendedor terceirizar sua responsabilidade legal, transferindo à comunidade a obrigação de reparar os impactos causados, o que contraria os princípios que regem a política ambiental.

Adicionalmente, foi informado que, caso a comunidade deseje buscar a compensação em forma de repasse direto de valores, há possibilidade de recorrer ao **Ministério Público (MP)** para discutir a questão em outra esfera. No entanto, foi esclarecido que essa alternativa não faz parte do processo formal que está sendo tratado na presente reunião, e que, ao optar por esse caminho, corre-se o risco de afastar o empreendedor do processo de compensação e mitigações, transferindo indevidamente à comunidade uma **responsabilidade que é exclusivamente do ente executor da obra**.

A senhora Silvana questionou sobre o prazo para a elaboração e apresentação do Programa Básico Ambiental (PBA). Em resposta, o senhor Bruno esclareceu que o processo segue uma sequência obrigatória de etapas: **finalização do Termo de Referência (TR), elaboração e aprovação do Plano de Trabalho, realização do Estudo do Componente Indígena (ECI) e, por fim, formulação dos programas socioambientais que compõem o PBAI**. Reforçou que todos esses documentos devem ser apresentados à comunidade indígena, discutidos e aprovados. Informou também que a continuidade das obras de pavimentação está condicionada à obtenção das licenças ambientais por parte da SINFRA junto ao IBAMA (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO).

Durante a reunião, o cacique Zé Carlos expressou preocupação com a proximidade do **ano eleitoral** e questionou se eventual mudança de governo poderia implicar a retomada do processo desde o início. Bruno assegurou que isso não ocorrerá, desde que todos os **trâmites legais sejam cumpridos** conforme determina a legislação ambiental. A senhora Bárbara reforçou que a SINFRA já está financeiramente preparada para a realização do estudo e que a empresa contratada para desenvolver o ECI e o PBACI é a RTA presente hoje na reunião.

As lideranças indígenas Cerino e Zé Carlos mencionaram que a comunidade já **elaborou propostas para o PBA**. No entanto, Bruno esclareceu que, para que essas propostas sejam validadas, é necessário aguardar a conclusão dos estudos técnicos, especialmente o levantamento de impactos socioambientais por meio do ECI e PBAI, que nortearão os programas a serem oficialmente incluídos no PBA.

O chefe de divisão técnica (DIT) da FUNAI, Matudjo Metuktire, buscou esclarecer os próximos passos, explicando que os estudos envolverão diversos povos indígenas da região, incluindo os povos do Capoto/Jarina, da Terra Indígena Xingu (TIX), Marãiwatsédé e Terena. O processo deverá garantir a escuta e participação de todos os povos envolvidos.

Durante os debates, o membro da comunidade Gildão expressou preocupação com a criação de expectativas quanto às propostas já elaboradas pela comunidade, como aquisição de **motosserras e outros equipamentos**, e questionou se essas demandas seriam contempladas. Bruno esclareceu que tais itens podem ser incorporados aos programas, desde que haja relação direta com os impactos identificados nos estudos técnicos, como, por exemplo, nos programas de fortalecimento das roças ou de proteção territorial.

Em seguida, a senhora Silvana relatou o caso ocorrido na TI Enauenê-Nauê durante o processo de construção das usinas hidrelétricas no rio Juruena. Segundo ela, foram feitos acordos pontuais, como a doação de caminhonetes e peixes, mas que não atenderam de forma abrangente a comunidade, resultando em impactos severos à cultura e segurança alimentar, inclusive com registros de suicídios e perda de identidade cultural devido à escassez de peixes nos rios barrados.

Voltando para o assunto dos Programas Elaborados pela comunidade o cacique Pedro demonstrou insegurança sobre o momento adequado para apresentação **das propostas elaborados pela comunidade**. Em resposta, o cacique Messias destacou que o plano deve ter caráter permanente e intergeracional, sugerindo que novos elementos sejam incluídos para atender às gerações futuras.

Bruno ressaltou novamente que, caso decidam entregar os documentos durante a reunião, isso poderá ser feito, mas reforçou a necessidade de seguir os ritos formais, com destaque para a entrega e validação do Plano de Trabalho. Nesse plano, deverá constar a forma como o povo Terena deseja ser ouvido, respeitando integralmente o Protocolo de Consulta elaborado pela própria comunidade.

João Amante Rondon, Alvauci Reginaldo Pereira, Paulo Reginaldo Figueira, Jansen Martins, Ana Maria Soares Chagas, Mikelly de Sousa Correa, Resenildo Pereira

Bruno reafirmou sua intenção de ler o **Termo de Referência** junto com os presentes durante a reunião, destacando que esse documento orientará a empresa contratada sobre os conteúdos e métodos a serem adotados nos estudos. Silvana reforçou a importância de que o Protocolo de Consulta seja seguido de forma integral, destacando trechos relevantes e reafirmando sua legitimidade. Bruno concordou e reforçou que o respeito ao Protocolo será incorporado ao Plano de Trabalho e que o TR deve ser compreendido coletivamente, pois nele constam os passos e conteúdos obrigatórios de cada estudo que comporá o PBA.

A minuta do **Termo de Referência (TR)** do processo nº 08620.005726/2020-03/FUNAI foi oficialmente apresentada à comunidade indígena do Povo Terena na Aldeia Kopenoty no dia 06 de agosto de 2025, em reunião conduzida pelo servidor da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, Bruno. A apresentação teve como objetivo esclarecer o conteúdo técnico do TR e garantir o conhecimento e a participação da comunidade indígena no processo de licenciamento ambiental da pavimentação da Rodovia MT-322, especialmente no trecho que incide próximos a Aldeia Kopenoty.

Durante a apresentação do TR, um membro da comunidade questionou quem supervisionaria as atividades e garantiria seu cumprimento. Bruno respondeu que todos os presentes na reunião podem exercer esse papel e que, caso o estudo não siga o Plano de Trabalho ou o TR, a FUNAI deve ser informada.

Silvana destacou a importância de que, durante a elaboração do PBAI, também seja considerado o desenvolvimento do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). Em resposta, Bruno afirmou que o licenciamento ambiental pode servir como apoio ao processo de elaboração do PGTA, mas reforçou que esse plano deve ser elaborado **pelos próprios indígenas e para atender às suas próprias necessidades**.

Por fim, a liderança indígena realizou a entrega oficial à FUNAI e à RTA das **propostas de programas elaboradas pela comunidade**, com o objetivo de subsidiar a construção do Estudo do Componente Indígena (ECI) e do Programa Básico Ambiental Indígena (PBAI).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos participantes. A comunidade indígena foi informada de que será mantida atualizada sobre os próximos passos do projeto, com garantia de participação nas etapas subsequentes.

Bruno ENAI, apresentando o TR para a comunidade indígena

BEPD
W/h
Karynara Duarte Rondon
Silvana PABOS JAAI

Bárbara Camacho
Damião Vinícius Rêgo
Tarciso Roberto Rondon
Reginaldo

Maíra
Juliana Milena
Ana Paula Rêgo

Maíra Milena
Rafael Martins
enf.
Sara Regina de Rêgo Filho
Jonas José Tarciso Cruz
Juliana Jorge Cruz
Munthourenes.
Allyssa Jorge Cruz
Jacirana R. Firmo.
Emilene dos Santos B.

Geias L. do Cruz
Misiyaturu Rondon
Amílson Vitorino
Jerson da Silva
Jorge S. Jorge
Janeth R. Sel
Antonio B. Jorge
maria

Sebr
Monalina
Sila R. Cruz
Claudelly Reis
Orlando nozes

ATA DE REUNIÃO Nº 01
REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
E DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO – MT322

PROC. 08620.005726/2020-03/FUNAI
IC 037/2023/00/00/SINFRA

Pauta: Reunião de Apresentação do Termo de Referência (TR) e da Situação Atual da MT-322 nas proximidades da Terra Indígena Marãiwatsédé do Povo Xavante.

No dia 20 de agosto de 2025, às 09h52min, foi realizada uma reunião na Terra Indígena Marãiwatsédé, com o objetivo de discutir o Termo de Referência (TR) solicitado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), bem como apresentar e esclarecer a situação atual do projeto de pavimentação da Rodovia MT-322.

Participantes: Estiveram presentes representantes incluindo Bruno Emílio Fadel Daschieri (FUNAI – Sede Brasília), Denivaldo, Monique e Mariana (FUNAI – Regional), Bárbara Camacho Gonçalves (SINFRA-MT), Ana Paula Rodrigues da Cunha, Monaliza Sehn, Marcio Flavio e Cristiane Sobrinho (RTA Engenharia). A reunião contou ainda com a participação da liderança indígena da Terra Indígena Marãiwatsédé, entre eles os caciques

Damião Paridzané (Aldeia Marãiwatsédé e Ao'pá), Carolina Rewaptu (Aldeia Madzabdzé), Estevão (Aldeia Tsiba'adzatsi), Ana Maria (Aldeia Mooni'pa), Mário (Aldeia Etetsi'ri), Arthur (Aldeia Pedaré), Otávio e Elizabete (Aldeia Tsupratsi'utse – Sangue de Jesus), Idalina (Aldeia Urebedza'u), Edilton (Aldeia Iteró), Lourenço Tserewatsa (Aldeia Umere'ruré), Augusto Tserereiré Abaré (Aldeia Abahiwederó), Augustinho Piniawe (Aldeia Parinã'ia), Henrique (Aldeia Burupá), Cassimiro (Aldeia Uiwedetsiróptó), João da Mata (Aldeia O'Are) e Maria das Neves (Aldeia Pahi'Watsaró)

A abertura foi conduzida pelo **cacique Damião**, que se pronunciou em sua língua materna, o Xavante, tendo a tradução realizada pelo senhor Cosme, vereador que representa as 21 aldeias da Terra Indígena. Em sua fala, o cacique destacou o processo de retomada do território tradicionalmente ocupado e mencionou a atuação de pessoas externas que, apesar de se apresentarem como representantes, não trouxeram benefícios concretos às comunidades, citando o exemplo de Agnaldo, que trata apenas da questão do arrendamento dentro da TI.

O cacique também fez referência ao **indigenista Denivaldo**, reconhecendo sua luta histórica em defesa da comunidade, e deu as boas-vindas às servidoras da FUNAI, Munique e Mariana, ressaltando que ambas estão iniciando o entendimento sobre a luta por direitos e benefícios para o povo Xavante.

Abordou também os **estudos referentes à BR-158**, ressaltando que já foram realizadas diversas reuniões sem resultados práticos, o que evidencia a ausência de benefícios concretos até o momento. Destacou ainda a dificuldade de deslocamento dos 21 caciques para a reunião, em razão da precariedade das estradas e da falta de veículo de apoio, situação que exemplifica a ausência de melhorias dentro da Terra Indígena.

Ressaltou, por fim, que a excessiva burocracia tem atrasado a implementação das medidas de mitigação necessárias frente aos impactos causados pelas obras.

Por fim, concluiu indicando o senhor Aureo, de Brasília, como representante para acompanhar os estudos do componente indígena da MT-322.

Na sequência, Bruno (FUNAI) se apresentou, explicando seu papel na reunião e ressaltando a importância de os participantes compreenderem a trajetória de luta iniciada desde o primeiro contato com o homem branco. Abordou a política indigenista e as licenças necessárias para a realização de obras nas proximidades de Terras Indígenas. Esclareceu os diferentes papéis institucionais no processo de licenciamento: o IBAMA como órgão responsável pela emissão da licença ambiental; a FUNAI como órgão indigenista, prestando apoio técnico e emitindo pareceres que subsidiam a decisão do IBAMA; e a SINFRA como empreendedor, responsável pela execução do empreendimento e pelo cumprimento das condicionantes.

Destacou ainda dois princípios fundamentais do licenciamento ambiental: (1) o princípio do **poluidor-pagador**, segundo o qual quem causa o impacto deve arcar com os custos da mitigação e compensação; e (2) a clareza e objetividade na definição dos impactos ambientais e das medidas propostas, de modo que cada ação esteja diretamente relacionada ao impacto identificado, ou seja **impacto-medida**.

Quanto ao Termo de Referência (TR), explicou que se trata de um documento orientador que deve ser seguido pelo empreendedor (SINFRA) e pela empresa contratada (RTA) na elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI). Ressaltou que esta reunião integra a etapa de consulta sobre o TR, fundamental para assegurar que o estudo e os programas dele decorrentes estejam alinhados às demandas e especificidades da comunidade impactada.

Antes de iniciar a apresentação da minuta do Termo de Referência (TR), o Sr. Bruno informou que a presente ATA está sendo confeccionada e solicitou permissão para realizar **registros fotográficos** da reunião.

A minuta do **Termo de Referência (TR)** do processo nº 08620.005726/2020-03/FUNAI foi oficialmente apresentado à comunidade indígena da Terra Indígena Marãiwatsédé. A apresentação teve como objetivo esclarecer o conteúdo técnico do TR e garantir o conhecimento e a participação da comunidade indígena no processo de licenciamento ambiental da pavimentação da Rodovia MT-322, especialmente no trecho que incide próximos da Terra Indígena Marãiwatsédé.

Durante a reunião, o cacique Damião questionou qual seria a rodovia objeto de asfaltamento, manifestando a percepção de que a comunidade está sendo pressionada em relação a esse projeto. Em resposta, Bárbara (SINFRA) se apresentou, apresentou a empresa RTA e esclareceu que a obra mencionada pelo **cacique se refere à MT-424**, ressaltando que, na presente reunião, está sendo tratado exclusivamente o planejamento da MT-322.

O cacique Damião Paridzane destacou a necessidade de realização de uma **reunião ampliada**, sobretudo com a participação de fazendeiros, a fim de esclarecer à sociedade que a responsabilidade pela não liberação do asfaltamento não recai sobre os povos indígenas, mas sim sobre a morosidade dos processos de licenciamento ambiental. Ressaltou que a comunidade indígena teme ser indevidamente responsabilizada por tal demora e enfatizou que não tem sido devidamente ouvida, seja pelo governo ou por outras instâncias competentes. Registrou, ainda, sua percepção de que a luta se encontra enfraquecida e declarou não confiar mais nos políticos do Estado de Mato Grosso.

As 11h24min, o **cacique Damião Paridzane** informou que precisaria se retirar devido a outros compromissos. Antes de sair, manifestou sua concordância em dar continuidade à reunião e, para fins de registro e posterior formalização, deixou previamente sua assinatura em folha em branco destinada à presente ATA.

Em seguida, o Sr. Bruno prosseguiu com a leitura e apresentação da minuta do Termo de Referência (TR), dando sequência aos trabalhos.

O Sr. Cosme Rité solicitou a interrupção da apresentação para se manifestar acerca do processo da BR-158, o qual, segundo ele, representaria uma solução sobretudo em relação ao atendimento prestado pela **SESAI**. A intervenção ocorreu quando o Sr. Bruno tratava sobre a responsabilidade das políticas públicas. O Sr. Cosme ressaltou que a SESAI não dispõe de estrutura e recursos adequados, o que acarreta graves deficiências no atendimento à saúde indígena.

A coordenadora da RTA Sra. Ana Paula iniciou a **apresentação da situação da Rodovia MT-322**, com extensão total de 468,75 km, dos quais 70% ainda não estão pavimentados. O Trecho 8 (143,5 km), localizado nas proximidades da Terra Indígena Marãiwatsédé e inserido no território dos municípios de São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista, encontra-se não pavimentado.

Destacou-se a necessidade de atenção especial nas proximidades da Terra Indígena Marãiwatsédé, considerando aspectos socioambientais, segurança viária e atropelamento de fauna. Foram propostas medidas de mitigação como sinalização, controle de velocidade e monitoramento da fauna, com registros de espécies sensíveis na região.

Após a apresentação, o Sr. Cosme questionou que, se o governo possui interesse em realizar o asfaltamento e dispõe de recursos para tal, também deve ser esclarecido se há disponibilidade financeira para garantir a devida assistência aos povos indígenas.

Na sequência, a Sra. Bárbara explanou sobre os ritos do licenciamento ambiental, destacando que todos os procedimentos devem ser cumpridos. Informou que, somente após a conclusão dos estudos, será possível identificar as medidas a serem executadas e, posteriormente, será realizada nova licitação para a execução do PBACI.

Outra liderança manifestou-se acerca do processo já conduzido pelo DNIT, ressaltando que, até o presente momento, não houve a execução do PBACI e, conseqüentemente,

não se verificaram benefícios concretos. Destacou ser contrária a qualquer execução ou asfaltamento antes da efetiva realização das compensações previstas. Acrescentou, ainda, que a comunidade irá refletir com cautela sobre a solicitação em pauta.

A antropóloga Cristiane esclareceu sobre os processos referentes ao Estudo do Componente Indígena (ECI), destacando tratar-se de um direito conquistado ao longo do tempo pelo movimento indígena.

O Sr. José de Arimatéia, liderança indígena e mestre em antropologia social, ressaltou que a Terra Indígena compreende 21 aldeias e que não houve condições de transporte para que todos estivessem presentes na reunião. Informou que a comunidade deseja plantar roça para esse ano, mas enfrenta dificuldades, motivo pelo qual questionou se a SINFRA poderia apoiar com ações voltadas à expansão das áreas de cultivo, perfuração de poços artesianos e melhorias no atendimento à saúde. Solicitou, ainda, que o Sr. Áureo, seja um dos profissionais responsáveis pela condução dos estudos do Componente Indígena.

Na sequência, acrescentou que percebe falta de interesse no atendimento das demandas e expressou confiança de que a Sra. Bárbara poderia interceder, encaminhando principalmente a solicitação para aumentar as roças que hoje é uma questão de extrema importância para a vida do povo da comunidade Marãiwatsédé.

Em resposta, a Sra. Bárbara reiterou que integra a equipe técnica de licenciamento, assegurando que as solicitações pertinentes serão incorporadas aos programas em elaboração. Acrescentou que as demandas de caráter urgente, bem como aquelas que não se enquadram no escopo do licenciamento, serão encaminhadas ao Secretário da SINFRA, responsável pelas articulações junto ao Governador, a quem caberá apresentar uma resposta efetiva.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos participantes. A comunidade indígena foi informada de que será mantida atualizada sobre os próximos passos do projeto, com garantia de participação nas etapas subsequentes.

Beaventura Walua Xanon,

Benito F. D. D. D.

Monaliza Selu

Cristiane Sobrinho Costa

Bárbara Camacho Gonçalves

João Paulo F. Santos Cunha

Marcio Flavio da Silva Figueiredo

Estevão Trunfante, Hugo Tereziwari, Eduardo Tereziwari,

Arthur Amorim

Anomalia

Casimiro Tereziwari

Paulo Tereziwari

Vicente Tereziwari

Francisco Tereziwari

CECILIO TUBADZADZÉ

João da Costa Tereziwari

Agostinho PAVIUTS

Bianco Tereziwari

José Tereziwari

Bráulio Tereziwari

Flávio Tereziwari

Carolina Tereziwari

João Tereziwari

Roberto Tereziwari

Georgio Tereziwari

Amélia Tereziwari

Bernardo Tereziwari

João Tereziwari

José Tereziwari

Blair Tereziwari

Alvaro Tereziwari

Augusto Tereziwari

+ Danilo Tereziwari

Vilmar Tereziwari

Henrique Tereziwari

João Tereziwari

Cosmetite

Emerson. MA.

Marianna Huezes da Silva.

 Perivoto/FVIRAL

Murque Mads de f i.

Brasão Fado Dosber

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO - MT322

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08620.005726/2020-03/FUNAI.
IC 037/2023/00/00/SINFRA**

PAUTA: Reunião de Apresentação do Termo de Referência (TR) e da Situação Atual do Projeto para o povo da etnia Iny Karajá, residentes na Terra Indígena Parque do Araguaia, no estado do Tocantins.

No dia **10 de dezembro de 2025**, às 10h30 (Brasília), foi realizada uma reunião com o povo da Etnia Iny Karajá, no município de São Felix do Araguaia, com o objetivo de discutir o Termo de Referência (TR) como solicitado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), bem como apresentar e esclarecer a situação atual do projeto de pavimentação da Rodovia MT-322, localizada no estado do Mato Grosso.

PARTICIPANTES: Estiveram presentes representantes incluindo Bruno Emílio Fadel Daschieri (FUNAI - Sede Brasília), a servidora chefe da Unidade Técnica Local (UTL) da FUNAI de São Felix do Araguaia senhora Kuanadiki Karajá, o senhor Waxiy representante da associação INY MAHADU, as senhoras Bárbara Camacho Gonçalves e Maritsa Missae Sonohata (SINFRA/MT), Ana Paula Rodrigues da Cunha, Tiago Siqueira, Monaliza Sehn, Luis Henrique Barros Sardinha (RTA Engenheiros e consultores).

A reunião contou com a participação de diversas lideranças e representantes das aldeias da Terra Indígena Parque do Araguaia, inserida da Ilha do Bananal. Estiveram presentes, da aldeia Santa Izabel, Uriblan Karajá, Kauina Karajá, Juasa Karajá, Manaijé Karajá, Iykana Karajá e Curerrete Writerre. Da aldeia Nova Titema, participaram os senhores Raimundo Ribeiro dos Santos, Jair e Teuyaxi. Já da aldeia Bela Werreria, esteve presente a representante da associação feminina, senhora Lenimar Werreria e o cacique João. Participaram ainda a senhora Iburé Karajá, liderança do lado sul da Terra Indígena, além do senhor Marcelo Karajá e Wassabedu, da aldeia Kaxiwé. Da aldeia JK, esteve presente o cacique Paulo Kurumare. Da aldeia Bissohala, compareceram os senhores Adedura e Hirawa Karajá, e, por fim, os senhores Claudio Idjani e Xarawa, da aldeia Fontora.

A abertura foi conduzida por Waxiy, representante da associação INY MAHADU, que apresentou brevemente a situação atual e o objetivo da reunião.

Representantes da FUNAI, SINFRA e RTA se apresentaram e agradeceram a oportunidade de participar do encontro.



Monaliza Sehn

Com a palavra, o representante da FUNAI, Bruno Emílio, apresentou o papel institucional da FUNAI e realizou uma contextualização histórica sobre os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Ressaltou a importância dos ritos que compõem o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam ou estão localizados no entorno de Terras Indígenas, destacando que tais processos seguem uma série de regras legais e administrativas que precisam ser rigorosamente cumpridas para garantir a efetividade e a legalidade das ações.

Bruno esclareceu que os levantamentos de impactos ambientais e sociais são etapas técnicas fundamentais que antecedem a elaboração dos Programas Básicos Ambientais (PBA), os quais detalham as medidas de mitigação e compensação.

Bruno também explicou os diferentes papéis institucionais no processo: o IBAMA é o órgão responsável por emitir a licença ambiental; a FUNAI, por sua vez, atua como órgão indigenista, prestando apoio técnico e emitindo pareceres que subsidiam a decisão do IBAMA; e a SINFRA, neste caso, representa o empreendedor, sendo responsável pela execução do empreendimento e pelo cumprimento das condicionantes.

Em seguida o colaborador da RTA, Luis Henrique Sardinha, apresentou as principais informações sobre o empreendimento da Rodovia MT-322, incluindo sua extensão total, o trecho atualmente asfaltado e a situação geral da obra. Explicou as ações previstas no processo de regularização ambiental, como a elaboração do ECI/PBA-CI e a implantação de sinalização e medidas de segurança viária. Destacou também as medidas de controle de fauna, descrevendo os métodos de registro de atropelamentos e os principais animais identificados ao longo da rodovia. Por fim, abordou as atividades de manutenção necessárias para garantir o bom funcionamento da via.

A senhora Lenimar Werreria da aldeia Bela Werreria sabe dos impactos que uma rodovia pode causar e quer saber qual será a compensação que será realizada para os povos indígenas da TI Parque do Araguaia. Em resposta ao Bruno falou que essa reunião é para explicar como será os estudos e somente depois dos estudos que será possível verificar as compensações.

Outro participante também perguntou se a rodovia que segue em direção a São Félix do Araguaia não seria asfaltada. Diante disso, a senhora Bárbara solicitou ao colaborador Luis Henrique Sardinha que apresentasse novamente o mapa e explicasse qual rodovia estava sendo tratada no processo de licenciamento e nesta reunião, o que foi prontamente atendido. Em seguida, o senhor Waxiy realizou a explicação na língua Karajá, garantindo a compreensão das informações apresentadas.

O cacique João, da aldeia Bela Werreria, manifestou sua satisfação ao saber da existência de leis que amparam os povos indígenas e expressou o desejo de manter maior proximidade com o servidor Bruno e com a Funai em Brasília. Relatou que os impactos sobre a comunidade já vêm ocorrendo há algum tempo, trazendo diversos prejuízos, mencionando especialmente o aumento do alcoolismo e a necessidade de leis mais rigorosas para coibir a violência contra a mulher. Destacou ainda que o processo de regularização em andamento renova sua esperança de que outros empreendimentos também passem a respeitar os direitos e as especificidades dos povos indígenas.



Monaliza Silva

Após o almoço foi realizada a leitura da Minuta do Termo de Referência, o Bruno esclareceu que se trata de um documento orientador que deve ser seguido pelo empreendedor (SINFRA) e pela empresa contratada para realizar o Estudo do Componente Indígena (ECI). Esta reunião, portanto, compõe o momento de consulta sobre o TR, etapa essencial para garantir que o estudo e os programas resultantes estejam alinhados às demandas e especificidades da comunidade impactada.

Houve questionamentos a respeito da BR que atravessa a Terra Indígena Parque do Araguaia, especificamente sobre a existência de algum processo em andamento relacionado a essa rodovia. O servidor Bruno (FUNAI) comprometeu-se a verificar a situação e repassar as informações posteriormente, para aqueles que obtiverem o contato de WhatsApp dele.

Tanto o representante Bruno (FUNAI) quanto Luis Henrique Sardinha (RTA) informaram que a minuta do Termo de Referência (TR) será disponibilizada para as lideranças. Caso haja sugestões ou contribuições, estas deverão ser encaminhadas à FUNAI por e-mail, WhatsApp ou ofício, podendo ser direcionadas tanto à FUNAI em Brasília quanto à Coordenação Regional da FUNAI.

Ressaltou-se, ainda, que as contribuições das lideranças e dos povos indígenas serão consideradas, e os indígenas serão ouvidos em todas as etapas dos processos de ECI e PBAI.

A senhora Lenimar Werreria solicitou a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para as tratativas sobre o processo de licenciamento da MT-322, com isso o Bruno sugeriu que a demanda fosse registrada em ata. Bruno sugere que, até a fase do detalhamento de Plano de Trabalho, esse GT funcione como um grupo de comunicação por whatsapp.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos participantes. A comunidade indígena foi informada de que será mantida atualizada sobre os próximos passos do projeto, com garantia de participação nas etapas subsequentes.



Monaliza Sdh

APRESENTAÇÃO TR E PROJETO – TI PARQUE DO ARAGUAIA – INY KARAJÁS

São Félix do Araguaia, 10 de dezembro de 2025

Assinaturas da ATA da Reunião de Apresentação do Termo de Referência (TR) e da Situação Atual do Projeto para o povo da etnia Iny Karajá, residentes na Terra Indígena Parque do Araguaia, no estado do Tocantins.

NOME	CPF	ALDEIA
Manajé Karajá	004.564.641-40	Santa Isabel
Funerete Namfiro	179.082.641-15	Sta. Isabel do Morro
Waxiy Maluá Karajá	762.641.571-04	COORD. INY MAHÁDU
Kawina KAPAJÁ	038.339.041-94	Stª Isabel do Morro
Ijararu Karajá	718.468.791-40	Aldeia Kutaria-M
RAIMUNDO RIBEIR	717849341-00	AYTEMA
Jair Kōñai Karajá		Tytema
Claudio Edjari Karajá	784.854.281-53	Kontoura
Wamahedu Karajá	057.574.671-85	AXIWE
Txiarawda Korga	025-741-581-20	Tontoura
Teherinú Karajá	064.204.411-29	Kutaria-M
Mardene Xirudidi Jovai	998.157.661-49	Kutaria M
Kuoradiki A. Karajá	021.684.381-29	Stª Isabel
Kamari Karajá	038.340.141-09	Aldeia Bisschama
Kani Wkorgj	049.974.201-07	Presidente CUSI-PA
Leandro Karimana Karajá	604607841-53	Aldeia JK
Bikunaki Karajá	703.142.501-82	Secretaria Instituto Cultural malua.
João Weneria	042.262.298-27	Bela Weneria
LEONAR WERDERIA	455.903.971-20	II IC
Wajumoni Huvani Karajá	076.666.011-95	Wotari

APRESENTAÇÃO TR E PROJETO – TI PARQUE DO ARAGUAIA – INY KARAJÁS

[illegible]

**REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E
DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO - MT322**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08620.005726/2020-03/FUNAI.
IC 037/2023/00/00/SINFRA**

PAUTA: Reunião de Apresentação do Termo de Referência (TR) e da Situação Atual do Projeto para os povos das etnias Awa Canoeiro e Javaé, residentes na Terra Indígena Parque do Araguaia, no estado do Tocantins.

No dia **24 de fevereiro de 2026**, às 09h30 (Brasília), foi realizada uma reunião com o os povos das etnias Awa Canoeiro e Javaé, no município de Formoso do Araguaia, com o objetivo de discutir o Termo de Referência (TR) como solicitado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), bem como apresentar e esclarecer a situação atual do projeto de pavimentação da Rodovia MT-322, localizada no estado do Mato Grosso.

PARTICIPANTES: Estiveram presentes os seguintes representantes: os servidores Bruno Emílio Fadel Daschieri e Caroline Maiara de Jesus (FUNAI – Sede Brasília); Luis Felipe da Silva da Segat/CR-ATO; Georthon Aurélio Lima Brito chefe da UTL/ CR-ATO; Dorivaldo Ixate Javaé o presidente do Instituto de Caciques e Povos Indígenas da Ilha do Bananal (ICAPIB); o coordenador-geral e presidente da Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal (CONJABA), Vantuires Oliveira Martins Javaé; as senhoras Bárbara Camacho Gonçalves e Maritsa Missae Sonohata (SINFRA/MT); bem como Ana Paula Rodrigues da Cunha, Tiago Siqueira, Monaliza Sehn e Luis Henrique Barros Sardinha da empresa RTA Engenheiros e Consultores.

A reunião contou com a participação de diversas lideranças. Pela CONJABA-**Povo Javaé**, estiveram presentes os senhores Darci, da Aldeia São João; Hélio, da Aldeia Marani Hawa; Cleiton, da Aldeia Txuiri; e José Javaé, da Aldeia Imontxi I.

Pela ICAPIB- **Povo Javaé**, participaram os senhores Vadener Filho, da Aldeia Barreira Branca; Raimundo, da Aldeia Taiamã; Dorivaldo, da Aldeia Imontxi II; Edivaldo, da Aldeia Amotxi I; Micael, da Aldeia Boa Esperança; Hélio, da Aldeia Wari-Wari; Walter, da Aldeia Bela Vista e Manoel, da Aldeia Wajukabu.

Pela **Ãwa Apãwa-To** – Associação do **Povo Ãwa Canoeiro**, participou o Sr. Wapoxire Tuxi Silva Ãwa, representante da aldeia Itaro do povo Ãwa Canoeiro situada no território da Terra Indígena Parque do Araguaia.



Luiz Felipe da Silva

A abertura foi conduzida pelo colaborador da empresa RTA, Sr. Luis Henrique Barros Sardinha, que iniciou a reunião com a **apresentação dos participantes** presentes de forma presencial e remota. Na sequência, passou a expor as principais informações relativas ao empreendimento da Rodovia MT-322, abordando sua extensão total, o trecho atualmente pavimentado e a situação geral da obra. Apresentou as ações previstas no processo de regularização ambiental, destacando a elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI) e do Plano Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), bem como a implantação de sinalização e demais medidas de segurança viária. Também foram apresentadas as medidas de controle e monitoramento de fauna, com explicação acerca dos procedimentos adotados para registro de atropelamentos e identificação das principais espécies registradas ao longo da rodovia. Por fim, o Sr. Luis abordou as atividades de manutenção previstas, necessárias para assegurar o adequado funcionamento e a conservação da via.

Durante a reunião, a **Sra. Raabi se apresentou e questionou** o motivo pelo qual a maioria das rodovias situadas nas proximidades da Terra Indígena, independentemente de estarem pavimentadas ou não, não foram objeto de consulta prévia às comunidades indígenas para sua implementação.

Em resposta, o Sr. Bruno Emílio Fadel Daschieri esclareceu que, nas décadas de 1970 e 80, não havia no ordenamento jurídico brasileiro a obrigatoriedade de consulta aos povos indígenas nos moldes atualmente vigentes. Destacou que, com a evolução da legislação ambiental e indigenista, passaram a ser exigidos processos de licenciamento ambiental e instrumentos de consulta.

O Sr. Bruno Emílio, começou perguntando se os povos Javaé e Awa Canoeiro já passaram por algum processo de licenciamento e pelo **estudo de componente indígena**. Após Ressaltou a importância dos ritos que compõem o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam ou estão localizados no entorno de Terras Indígenas, destacando que tais processos seguem uma série de regras legais e administrativas que precisam ser cumpridas para garantir a efetividade e a legalidade das ações.

O representante da **FUNAI** informou, ainda, que a **Fundação** acompanha o processo com o objetivo de assegurar o esclarecimento das dúvidas apresentadas e garantir que os estudos considerem o histórico, as especificidades culturais e as particularidades territoriais das comunidades envolvidas. Bruno esclareceu que esses processos devem ter a participação da comunidade indígena, falou que os levantamentos de impactos ambientais e sociais são etapas técnicas fundamentais que antecedem a elaboração dos Programas Básicos Ambientais (PBA), os quais detalham as medidas de mitigação e compensação.

Bruno também explicou os diferentes papéis institucionais no processo: o IBAMA é o órgão responsável por emitir a licença ambiental; a FUNAI, por sua vez, atua como órgão indigenista, prestando apoio técnico e emitindo pareceres que subsidiam a decisão do IBAMA; e a SINFRA, neste caso, representa o empreendedor, sendo responsável pela execução do empreendimento e pelo cumprimento das condicionantes.



Em manifestação, os senhores Vantuires, Micael e José destacaram que se tratava de uma **apresentação técnica inicial**, ressaltando que o processo se encontra em fase inicial. Salientaram a importância de que todas as informações sejam apresentadas com clareza e que as dúvidas sejam devidamente esclarecidas ao longo da reunião, a fim de garantir plena compreensão por parte das comunidades envolvidas.

Dando prosseguimento, o Sr. Bruno agradeceu as manifestações realizadas e esclareceu que a **Minuta do Termo de Referência (TR)** consiste em documento orientador que deverá ser observado pelo empreendedor (SINFRA/MT) e pela empresa contratada para a elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI).

Destacou que a presente reunião integra o momento de consulta referente a minuta do TR, etapa considerada fundamental para assegurar que o estudo esteja devidamente alinhando às demandas, especificidades culturais e territoriais das comunidades potencialmente impactadas. Informou, ainda, o número do **processo administrativo em trâmite na FUNAI**, ressaltando que o referido processo se encontra disponível para consulta pública por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FUNAI).

Na sequência, o Sr. Bruno deu continuidade à leitura da **Minuta do Termo de Referência (TR)**, procedendo à explicação detalhada de cada item constante no documento, de modo a assegurar a compreensão de todos os participantes acerca das etapas do licenciamento ambiental e dos estudos que serão realizados ao longo do processo. Durante a apresentação, foram esclarecidos os objetivos, metodologias previstas e produtos esperados, reforçando-se a importância da participação das comunidades no acompanhamento das fases subsequentes.

Durante a reunião, o Sr. Micael falou que as comunidades sugerem a presença de **tradutor(a)** durante a realização dos trabalhos e das próximas reuniões, a fim de facilitar a comunicação e assegurar o pleno entendimento das informações apresentadas por todos os participantes.

Às 11h17 (horário de Brasília), foi realizada pausa para o almoço, ficando previsto o retorno dos trabalhos às 13h30 (horário de Brasília).

Às 14h30 (horário de Brasília), foi retomada a reunião, registrando-se atraso no retorno por parte das lideranças indígenas.

O Sr. Bruno ressaltou que a **FUNAI permanece aberta ao diálogo direto com as lideranças indígenas**, inclusive sem a presença do empreendedor ou da empresa de consultoria, caso assim desejem. Informou que disponibilizou seu **contato telefônico**, colocando-se à disposição para o agendamento de reuniões ou para esclarecimento de eventuais dúvidas que possam surgir no decorrer do processo.

Na sequência, deu-se continuidade à leitura da Minuta do Termo de Referência (TR), contando, neste momento, com a presença do Sr. Wairama, que passou a atuar como **tradutor**, realizando a tradução para a língua indígena Javaé sempre que necessário, a fim de assegurar a adequada compreensão das informações apresentadas.



Esclareceu que o TR define os conteúdos mínimos quanto à equipe técnica responsável e aos estudos a serem realizados com base em **dados primários e secundários**, incluindo a caracterização das Terras Indígenas e das comunidades potencialmente afetadas, o diagnóstico socioambiental, a análise dos impactos ambientais e socioculturais decorrentes do empreendimento, bem como a proposição de medidas de mitigação, controle, compensação e programas específicos.

O Sr. Vantuires solicitou que os **slides da apresentação referente à Rodovia MT-322**, bem como a **Minuta do Termo de Referência (TR)**, sejam encaminhados aos interessados presentes na reunião, a fim de possibilitar a análise posterior do conteúdo apresentado.

Com a continuação da leitura do TR, o Sr. Bruno ressaltou que o estudo deverá considerar os aspectos territoriais, culturais, econômicos, produtivos, organizacionais e de governança dos povos indígenas envolvidos, além da avaliação de impactos cumulativos e combinados. E ainda que o estudo deverá identificar eventuais **passivos ambientais e socioterritoriais** já existentes na área de influência, considerando seu histórico e distinguindo-os dos impactos diretamente decorrentes do empreendimento. Destacou que, quando houver relação entre o projeto e a intensificação desses passivos, deverão ser propostas medidas adequadas de mitigação ou compensação.

No que se refere aos impactos, destacou que deverão ser analisadas **possíveis alterações na dinâmica territorial** e no uso dos recursos naturais, eventuais interferências nas atividades produtivas tradicionais (como pesca, caça, agricultura e extrativismo), mudanças na mobilidade e no acesso ao território, bem como efeitos sobre a organização social, práticas culturais, modos de vida e segurança alimentar das comunidades. Também deverão ser considerados riscos **associados ao aumento do fluxo de pessoas e veículos**, à pressão sobre o território, à ocorrência de atropelamentos de fauna e à possível intensificação de conflitos fundiários ou sociais.

Destacou ainda que as medidas propostas no âmbito do **Componente Indígena não substituem políticas públicas do Estado**, devendo complementar ou reforçar ações já existentes quando relacionadas aos impactos identificados, sempre observando as especificidades culturais e territoriais das comunidades envolvidas.

Foi esclarecido que o Estudo do Componente Indígena deverá apresentar **matriz de impactos**, instrumento técnico destinado à sistematização e avaliação das interferências do empreendimento sobre as comunidades indígenas. A matriz deverá identificar, qualificar e classificar os impactos quanto à natureza (**positivos ou negativos**), magnitude, abrangência, duração, temporalidade, reversibilidade e significância, considerando as diferentes fases do empreendimento (implantação, operação e manutenção). A partir dessa análise, deverão ser indicadas as **medidas e programas** de caráter preventivo, mitigador, compensatório ou de controle, correspondentes a cada impacto identificado.

Foi informado que o estudo deverá incluir **análise de viabilidade**, avaliando a compatibilidade do empreendimento com as especificidades territoriais e socioculturais das comunidades indígenas, bem como a adequação das medidas propostas para prevenir ou mitigar os impactos identificados.



Isoti-porve

Foi informado que a mesma apresentação já **foi realizada em outras Terras Indígenas**, junto a povos como os Xavante, Karajá e etnias do Parque do Xingu, entre outros. Ressaltou-se, ainda, que, neste momento, cabe às lideranças dialogarem internamente com suas comunidades para analisar e discutir o conteúdo apresentado, especialmente quanto às diretrizes que deverão ser observadas pelo empreendedor e pela empresa contratada na condução dos estudos.

Os senhores Vantuires e Micael foram convidados pela Sra. Monaliza a se manifestarem acerca da questão territorial na Ilha do Bananal, considerando que as aldeias do povo Javaé encontram-se distribuídas ao longo do território. Foi registrado que, durante o intervalo da reunião, as lideranças haviam questionado os colaboradores presentes — Sra. Monaliza e Sr. Luis Henrique Barros Sardinha — acerca da inexistência de divisão interna do território indígena. Ressaltaram que, para o povo Javaé, o território é único, compreendendo as **Terras Indígenas Parque do Araguaia e Inawebohona**, não havendo fragmentação entre as aldeias, sendo as eventuais delimitações formais entendidas apenas como linhas administrativas, consideradas por eles como “linhas invisíveis”.

Outra liderança indígena, o Sr. Valdenir Filho da Aldeia Barreira Branca manifestou que entende este momento como o primeiro contato formal para tratar da Minuta do Termo de Referência (TR) e ressaltou a importância de que, nas próximas etapas, outros caciques e **lideranças também estejam presentes**, a fim de ampliar a participação e o debate no âmbito das comunidades.

O Sr. Cleiton agradeceu pelo primeiro contato, considerou a Minuta do Termo de Referência (TR) **muito técnico** e sugeriu que o conteúdo seja apresentado em linguagem mais acessível. Destacou, ainda, a importância da participação de todos os caciques nas próximas etapas e ponderou que seria preferível que os representantes estivessem presentes de forma **presencial nos próximos encontros**.

O senhor Micael e outras lideranças destacaram a importância da presença do intérprete durante a reunião, ressaltando que a medida contribuiu significativamente para o melhor entendimento das informações apresentadas, e manifestaram-se abertos ao diálogo.

O Sr. Bruno informou que será registrada, no âmbito do processo, a solicitação referente à contiguidade territorial e sociocultural da Terra Indígena Inawebohona, conforme manifestação apresentada pelas lideranças durante a reunião.

O Sr. Bruno reafirmou que as lideranças poderão obter seu contato por meio da equipe presente na reunião, colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos. Informou, ainda, que a próxima reunião deverá ocorrer de forma presencial, com o objetivo de promover esclarecimentos adicionais, e que irá dialogar com a Coordenação Regional (CR) e a Unidade Técnica Local (UTL) de Palmas acerca da viabilidade e organização desse encontro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos participantes. A comunidade indígena foi informada de que será mantida atualizada sobre os próximos passos do projeto, com garantia de participação nas etapas subsequentes.

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR) E DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO - MT322

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08620.005726/2020-03/FUNAI.
IC 037/2023/00/00/SINFRA**

PAUTA: Reunião de Apresentação do Termo de Referência (TR) e da Situação Atual do Projeto para os povos das etnias Awa Canoeiro e Javaé, residentes na Terra Indígena Parque do Araguaia, no estado do Tocantins.

Assinaturas das lideranças:

Wairama xiwelelari watoj- Javaé

Ventures O. M. Jovai
Raimundo Gilko Aurariri Javaé
Manai Manakukari Soava
Edivaldo Idiorini Javaé
José Telly Soava
Clayton Oliveira Martins Javaé
K. Sirani Javaé
Hélio Welo Tekuoka Javaé
Jorei Jakira Javaé
Valter Sbeheri Javaé
Williamna Javaé
William Ukarani Javaé
Kasi Javaé
Edivaldo Filho Umanar Javaé
Valdemir do Carmo Javaé
Nogueira Boti Javaé
W.V.B. -

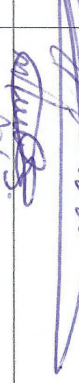
Ceciliolândia Javaé
Wanaheri Javaé
Poliana Hnydo Javaé
Jaime A. Duarte Júnior
Moraliza Sehn
Luis Henrique S. de B. Lima

Data: 24/02/2026

Terra Indígena: PARQUE DO ARAGUAIA

Local: POUSADA TRIUNO - FORMOSO DO ARAGUAIA/TO

REUNIÃO COM OS POVOS AWA CANOEIRO E JAVAE
LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO

Nº	NOME	ALDEIA	ASSINATURA
01	Vanthine O.M. Soares	CONSABA	
02	Valdemir W. M. Soares	São João	
03	Helio Wle Fereira Javae	MARAU-HUAU	
04	Paulo Thiago	SÃO JOÃO	
05	Geison J. M. Javae	Teuira	
06	Edinaldo Filho Assaia Javae	JMOIXI	
07	Manoel Manaktau Javae	ALDEIA Wajukatu	
08	Edinaldo J. Javae	ALDEIA JMOIXI-B	
09	Elcy Divina Mendez Javae	ALDEIA TEUIRA	
10	William Manaktau Javae	ALDEIA JMOIXI-I	
11	Hei Javae	ALDEIA JMOIXI-I	

Nº	NOME	ALDEIA	ASSINATURA
12	Poliana Hengde Javai	Wari-Wari	
13	Wanaliu Javai	Wari-Wari	
14	Tezimeze suita Javai	Bela Vista	
15	Valter Jhehu Javai	Bela Vista	
16	K. Javai Javai	Wari-Wari	
17	Marinho Javai Javai	Matã TI	
18	Caique Ramundo Silva A. Javai	Tuina	
19	Cesilio Ladeira Javai	Wari-Wari	
20	Márcio W.V. Silva	Bon. Esperança / Icaris	
21	Valdemir Filho Javai	Barragem Javai	
22	Raule A.R. G.B. Roldão Kande Javai	Bon. Esperança	
23	José Javai Javai	Ad. IMOTI	
24	Jamson Sem Javai		
25	Waima Xivelerri Wotaj Javai	Alto Boa Esperança	
26	José Teff Javai	Alto Boa Esperança	

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
E DA SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO - MT322

Nº	NOME	ALDEIA	ASSINATURA
27	<i>Norma Velho de Souza</i>	<i>Tatinny</i>	<i>[Assinatura]</i>
28	<i>Monaliza Silva</i>	<i>Cuiabá/MT</i>	<i>Monaliza Silva</i>
29	<i>Leine A. Duarte Júnior</i>	<i>Cuiabá/MT</i>	<i>Leine A. Duarte Júnior</i>
30	<i>Adriana Henriques S. de Barros Lima</i>	<i>Cuiabá/MT</i>	<i>[Assinatura]</i>
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			